

cumprimento do "item 3", retire-se o precatório da lista de ordem cronológica; 5) promova-se a localização da credora, para os fins do art. 34 -A da Resolução nº 115/2010, CNJ, e §3º, do art. 109 da Resolução nº 01/2016 do OETJCE; 6) cessadas as pendências, colha-se o saldo atualizado da conta onde provisionados os recursos; 7) sobre referido numerário deverá a Divisão de Cálculos Judiciais apurar as retenções incidentes, devendo ser intimados os interessados para que digam, em 5 (cinco) dias; 8) tudo providenciado, autos conclusos à Presidência do Tribunal de Justiça. Atente a Assessoria de Precatórios para a necessidade de a reserva de numerário aqui determinada observar a cronologia dos créditos, tal como publicado no sítio eletrônico da Assessoria de Precatórios junto à página eletrônica do Tribunal de Justiça (<http://portais.tjce.jus.br/precatórios/>). Intimem-se. Fortaleza, 30 de março de 2016. Paulo Pires de Carvalho Assessor-chefe de Precatórios Resolução nº 01/2016 do OETJCE.

**0016749-17.2004.8.06.0000 - Precatório.** Credora: A. C. W. C.. Advogado: Francisco Welton Linhares Demetrio de Souza (OAB: 10250/CE). Advogada: Rafaella Dias Gonçalves (OAB: 24397/CE). Devedor: E. do C. - I. de S. dos S. P. do E. do C.. Proc. Estado: Marco Aurelio Montenegro Goncalves (OAB: 3549/CE). Proc. Estado: Eduardo Menescal (OAB: 16996/CE). Proc. Estado: Paulo Gustavo Bastos de Souza (OAB: 18715/CE). Proc. Estado: Joao Renato Banhos Cordeiro (OAB: 16941/CE). Proc. Estado: Andre Luiz Sienkiewicz Machado (OAB: 23316/CE). Proc. Estado: Rizomar Nunes Pereira (OAB: 20975/CE). Despacho: - Diante da existência de saldo nas contas especiais do ente público em suficiência à quitação deste precatório e daqueles que o antecedem na lista cronológica, cuide a Assessoria de Precatórios de providenciar, na ordem devida, o seguinte: 1) encaminhar o feito à Divisão de Cálculos Judiciais para que apresente nova atualização, sob os auspícios do art. 109, §1º, da Res. 01/2016 do OETJCE, do art. 36 da Res. 115/2010 do CNJ, art. 97 do ADCT e decisão de modulação dos efeitos da inconstitucionalidade reconhecida nos autos das ADIs 4357 e 4425, com o devido e necessário respeito aos limites da coisa julgada; 2) com as planilhas nos autos, intimem-se as partes, para sobre elas dizerem em 5 (cinco) dias; 3) paralela e imediatamente, provisione-se o valor atualizado do crédito em subcontas abertas, uma em favor da credora e outra para depósito dos honorários. Referidas contas ficarão à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça até que providenciado o necessário pelos interessados, resolvidas eventuais impugnações e verificada a completa instrução do feito; 4) como consequência do cumprimento do "item 3", retire-se o precatório da lista de ordem cronológica; 5) promova-se a localização da credora e do advogado beneficiário da verba sucumbencial (habilitado no patrocínio da causa à época da formação do título executivo), para os fins do art. 34-A da Res. 115/2010, CNJ, e §3º do art. 109 da Res. 01/2016 do OETJCE; 6) cessadas as pendências, colha-se o saldo atualizado da conta onde provisionados os recursos; 7) sobre referido numerário deverá a Divisão de Cálculos apurar as retenções incidentes, devendo ser intimados os interessados para que digam, em 5 (cinco) dias; 8) tudo providenciado, autos conclusos à Presidência do Tribunal de Justiça. Atente a Assessoria de Precatórios para a necessidade de a reserva de numerário aqui determinada observar a cronologia dos créditos, tal como publicado no sítio eletrônico da Assessoria de Precatórios junto à página eletrônica do Tribunal de Justiça (<http://portais.tjce.jus.br/precatórios/>). Intimem-se. Fortaleza, 28 de março de 2016. Paulo Pires de Carvalho Assessor-chefe de Precatórios Resolução nº 01/2016 do OETJCE.

**Total de feitos: 3**

## EDITAIS, AVISOS E PEDIDOS DE VISTA

### EDITAL Nº 22/2016

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nas disposições do art. 68 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça,

CONSIDERANDO o contido no **Processo Administrativo nº 8505881-58.2016.8.06.0000**, registrado no Tribunal de Justiça, RESOLVE convocar, com prejuízo da Sessão do Órgão Especial, **Sessão do Tribunal Pleno para o próximo dia 7 de abril de 2016, às 13h30min**, para submeter à apreciação do Tribunal Pleno o Processo Administrativo acima referenciado, e, ademais, apreciar e deliberar sobre outros assuntos de interesse do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

**PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, em 1º de abril de 2016.

*Desembargadora Maria Iracema Martins do Vale*  
**PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

## OUTROS EXPEDIENTES

### EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA Nº 38/2016

**Assunto: Pagamento de Reequilíbrio**

**Interessado (a): Criart Serviços de Terceirização de Mão de Obra Ltda.**

**Processo: 8508100-78.2015.8.06.0000**

Reconheço a dívida de exercício anterior e autorizo o pagamento no valor total de R\$ 666.242,99 (seiscentos e sessenta e seis mil, duzentos e quarenta e dois reais e noventa e nove centavos), referente ao pagamento de reequilíbrio econômico, alusivo ao contrato nº 78/2010 (asseio e conservação), da empresa Criart Serviços de Terceirização de Mão de Obra Ltda.

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, em 30 de março de 2016.**

Desembargador Francisco de Assis Filgueira Mendes Vice - Presidente do Tribunal de Justiça, no exercício da Presidência

**Processo Administrativo nº 8500002-07.2016.8.06.0118**

**Assunto: Verbas rescisórias.**

**Interessado: Otonia Esther Meneses de Otoni Espíndola**